



## Regime Geral de Previdência Social: Balanco do 1º. Semestre de 2010

### RESULTADOS DAS ÁREAS URBANA E RURAL

De janeiro a junho de 2010, as arrecadações das áreas urbana e rural foram, respectivamente, R\$ 93,2 bilhões e R\$ 2,3 bilhões, totalizando R\$ 95,5 bilhões. Em relação à despesa com benefícios, R\$ 94,7 bilhões destinaram-se à clientela urbana e R\$ 23,6 bilhões à rural, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 1,5 bilhão no meio urbano e de R\$ 21,3 bilhões no meio rural. Comparando com o mesmo período de 2009, verifica-se crescimento de 10,4% (+R\$ 8,8 bilhões) na arrecadação urbana e queda de 4,6% (-R\$ 109 milhões) na rural. Na mesma comparação, a despesa com benefícios previdenciários apresentou incremento de 8,2% (+R\$ 7,2 bilhões) no meio urbano e de 8,0% (+R\$ 1,7 bilhão) no meio rural. Já a necessidade de financiamento diminuiu 50,9% (-R\$ 1,6 bilhão), na clientela urbana, e aumentou 9,5% (+R\$ 1,9 bilhão) para a clientela rural, conforme se pode ver na Tabela 1.

**TABELA 1** – Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2008 a 2010) - Acumulado até Junho - R\$ milhões de Jun/2010 - INPC

Ano	Clientela	Arrecadação Líquida (a)	Benefícios Previdenciários (b)	Resultado (a - b)
2008	<b>TOTAL</b>	<b>82.362</b>	<b>102.745</b>	<b>(20.383)</b>
	Urbano	79.687	82.326	(2.639)
	Rural	2.674	20.419	(17.744)
2009	<b>TOTAL</b>	<b>86.822</b>	<b>109.394</b>	<b>(22.572)</b>
	Urbano	84.429	87.476	(3.048)
	Rural	2.393	21.918	(19.525)
2010	<b>TOTAL</b>	<b>95.478</b>	<b>118.310</b>	<b>(22.832)</b>
	Urbano	93.193	94.732	(1.539)
	Rural	2.284	23.578	(21.293)

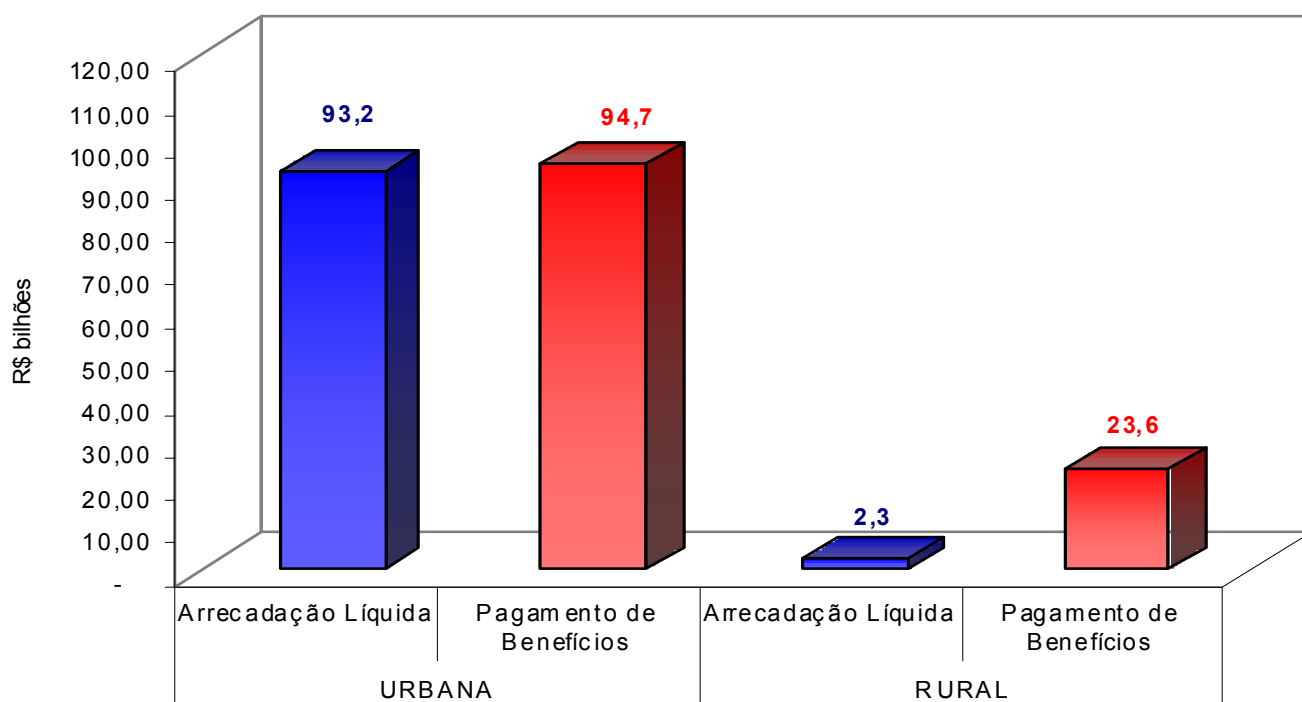
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar). Elaboração: SPS/MPS.

No acumulado do ano, o total da despesa com benefícios previdenciários foi 23,9% superior ao valor total da arrecadação líquida, sendo que o valor arrecadado na área urbana cobriu 98,4% da despesa com benefícios urbanos, percentual que chegou a 9,7% no meio rural. Estes resultados mostram que há uma tendência de equilíbrio na área urbana, que registrou em junho de 2010, superávit de R\$ 694,4 milhões. Já a necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar. (Gráfico 1).



## GRÁFICO 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Junho - R\$ bilhões de Jun/2010 - INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

É importante destacar também que, em junho de 2010, a arrecadação líquida urbana foi de R\$ 16,1 bilhões com crescimento de 0,4% (+R\$ 58,0 milhões) em relação a maio deste mesmo ano e de 13,3% (+R\$ 1,9 bilhão) em relação a junho de 2009, o que é reflexo, em boa medida, da recuperação do mercado de trabalho formal após a crise econômica mundial. A arrecadação líquida urbana registrou na sua série histórica, em junho de 2010, o seu segundo maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário), apenas ficando abaixo de novembro de 2009 que foi fortemente influenciado pelo repasse de depósitos judiciais pela STN no valor de R\$ 1,4 bilhão.

### RESULTADO EM CONJUNTO DAS ÁREAS URBANA E RURAL

No primeiro semestre de 2010, a arrecadação líquida da Previdência Social foi de R\$ 95,5 bilhões, 10,0% (+R\$ 8,7 bilhões) superior ao mesmo período de 2009, e as despesas com benefícios previdenciários atingiram o patamar de R\$ 118,3 bilhões, com incremento de 8,1% (+R\$ 8,9 bilhões) em relação ao período correspondente de 2009, o que resultou na necessidade de financiamento acumulada de R\$ 22,8 bilhões, aumento de 1,2% (+R\$ 260 milhões), frente ao 1º semestre de 2009 (Tabela 2).

**EXPEDIENTE:** *Ministro da Previdência Social: Carlos Eduardo Gabas • Secretário Executivo: João Ernesto Aragonés Vianna • Secretário de Políticas de Previdência Social: Fernando Rodrigues da Silva • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: João Donadon • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Delúbio Gomes Pereira da Silva • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Emanuel de Araújo Dantas • Corpo Técnico: Carolina Verissimo Barbieri, Edvaldo Duarte Barbosa e Graziela Ansiliero • Edição e Distribuição: Sarah Priscilla Guimarães.*

*O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)*

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

**CORRESPONDÊNCIA:** *Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social  
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF  
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 • e-mail: [cgep@previdencia.gov.br](mailto:cgep@previdencia.gov.br)*

**TABELA 2 – Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Jun/2009, Jun/2010 e Jun/2010 - Valores em R\$ milhões de Jun/2010 - INPC**

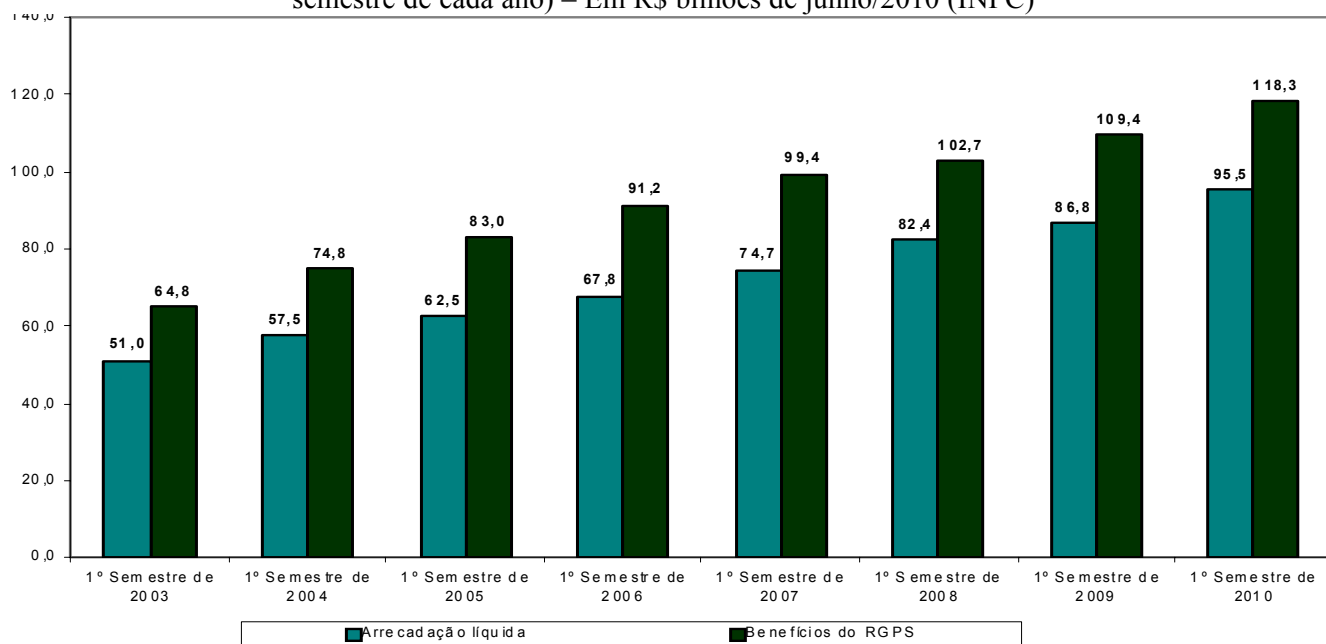
	jun/09 (A)	mai/10 (B)	jun/10 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a jun/09	Acum. Jan. a jun/10	Var. %
<b>1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)</b>	<b>14.732,7</b>	<b>16.563,5</b>	<b>16.580,3</b>	<b>0,1</b>	<b>12,5</b>	<b>86.822,0</b>	<b>95.477,7</b>	<b>10,0</b>
<b>1.1. Receitas Correntes</b>	<b>15.581,5</b>	<b>17.215,2</b>	<b>17.515,6</b>	<b>1,7</b>	<b>12,4</b>	<b>91.513,2</b>	<b>101.854,2</b>	<b>11,3</b>
Pessoa Física (1)	595,3	640,0	632,7	(1,1)	6,3	3.472,1	3.704,9	6,7
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	585,7	672,0	672,7	0,1	14,8	3.482,7	3.937,1	13,0
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.083,9	1.271,8	1.460,6	14,8	34,8	6.165,7	7.782,6	26,2
Empresas em Geral	9.925,9	10.991,2	11.246,3	2,3	13,3	59.387,4	65.981,9	11,1
Entidades Filantrópicas (4)	126,1	135,6	131,5	(3,0)	4,3	742,6	793,0	6,8
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	879,5	1.198,4	1.134,4	(5,3)	29,0	4.661,2	6.577,6	41,1
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	591,0	412,1	412,4	0,1	(30,2)	3.442,4	2.366,9	(31,2)
Clubes de Futebol	6,4	5,9	5,5	(7,5)	(14,7)	35,5	37,1	4,3
Comercialização da Produção Rural (7)	325,7	288,1	248,0	(13,9)	(23,8)	1.684,1	1.501,6	(10,8)
Retenção (11%)	1.216,7	1.351,3	1.368,8	1,3	12,5	7.127,5	7.865,7	10,4
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	67,9	63,7	52,9	(17,0)	(22,1)	374,4	292,2	(21,9)
Reclamatória Trabalhista	171,4	177,8	141,3	(20,6)	(17,6)	897,2	952,0	6,1
Outras Receitas	5,9	7,3	8,7	18,9	47,4	40,3	61,5	52,8
<b>1.2. Recuperação de Créditos</b>	<b>683,8</b>	<b>988,6</b>	<b>770,4</b>	<b>(22,1)</b>	<b>12,7</b>	<b>5.373,7</b>	<b>4.571,2</b>	<b>(14,9)</b>
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09 (8)	0,0	0,1	0,0	(51,4)	(20,6)	0,4	0,3	(36,9)
Arrecadação / Lei 11.941/09 (9)	0,0	177,1	177,7	0,4	-	0,0	1.051,1	-
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	17,7	10,3	11,1	7,8	(37,4)	142,1	63,0	(55,7)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	10,8	0,9	0,3	(63,7)	(96,8)	23,6	4,7	(79,9)
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	55,9	271,6	139,3	(48,7)	149,3	1.248,1	966,6	(22,6)
Débitos (14)	32,0	74,3	64,3	(13,6)	100,7	328,0	360,0	9,7
Parcelamentos Convencionais (15)	567,4	454,3	377,7	(16,9)	(33,4)	3.631,4	2.125,5	(41,5)
<b>1.3. Restituições de Contribuições (16)</b>	<b>(19,2)</b>	<b>(32,1)</b>	<b>(30,8)</b>	<b>(4,2)</b>	<b>60,0</b>	<b>(116,9)</b>	<b>(159,4)</b>	<b>36,4</b>
<b>1.4. Transferências a Terceiros</b>	<b>(1.513,4)</b>	<b>(1.608,3)</b>	<b>(1.674,9)</b>	<b>4,1</b>	<b>10,7</b>	<b>(9.948,0)</b>	<b>(10.788,2)</b>	<b>8,4</b>
<b>2. Despesas com Benefícios Previdenciários</b>	<b>18.274,9</b>	<b>19.150,1</b>	<b>19.358,6</b>	<b>1,1</b>	<b>5,9</b>	<b>109.394,3</b>	<b>118.309,6</b>	<b>8,1</b>
Pagos pelo INSS	17.908,8	18.827,8	19.026,4	1,1	6,2	104.747,0	113.176,3	8,0
Sentenças Judiciais - TRF (17)	366,1	322,3	332,3	3,1	(9,2)	4.647,3	5.133,3	10,5
<b>3. Resultado Previdenciário (1 - 2)</b>	<b>(3.542,2)</b>	<b>(2.586,7)</b>	<b>(2.778,3)</b>	<b>7,4</b>	<b>(21,6)</b>	<b>(22.572,4)</b>	<b>(22.832,0)</b>	<b>1,2</b>

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar). Elaboração: SPS/MPS

O Gráfico 2 evidencia o crescimento da arrecadação líquida e da despesa com benefícios do RGPS, no período de 2003 a 2010 (1º semestre de cada ano). Já o Gráfico 3 mostra a desaceleração no ritmo de crescimento da necessidade de financiamento, no período de 2003 a 2010. No primeiro semestre de 2008 se verifica uma brusca queda na necessidade de financiamento em relação ao mesmo período de 2007. Já na comparação do primeiro semestre de 2009 com o de 2008, a necessidade de financiamento volta a crescer, em decorrência do pagamento de sentenças judiciais, elevação de 13,8% (+R\$ 563,1 milhões) e da crise internacional que diminuiu o ritmo de crescimento na arrecadação líquida, especialmente nos primeiros meses de 2009. Em 2010, a necessidade de financiamento apresenta um ligeiro acréscimo de 1,2% (+R\$ 259,6 milhões), quando comparado ao período correspondente de 2009.

### GRÁFICO 2

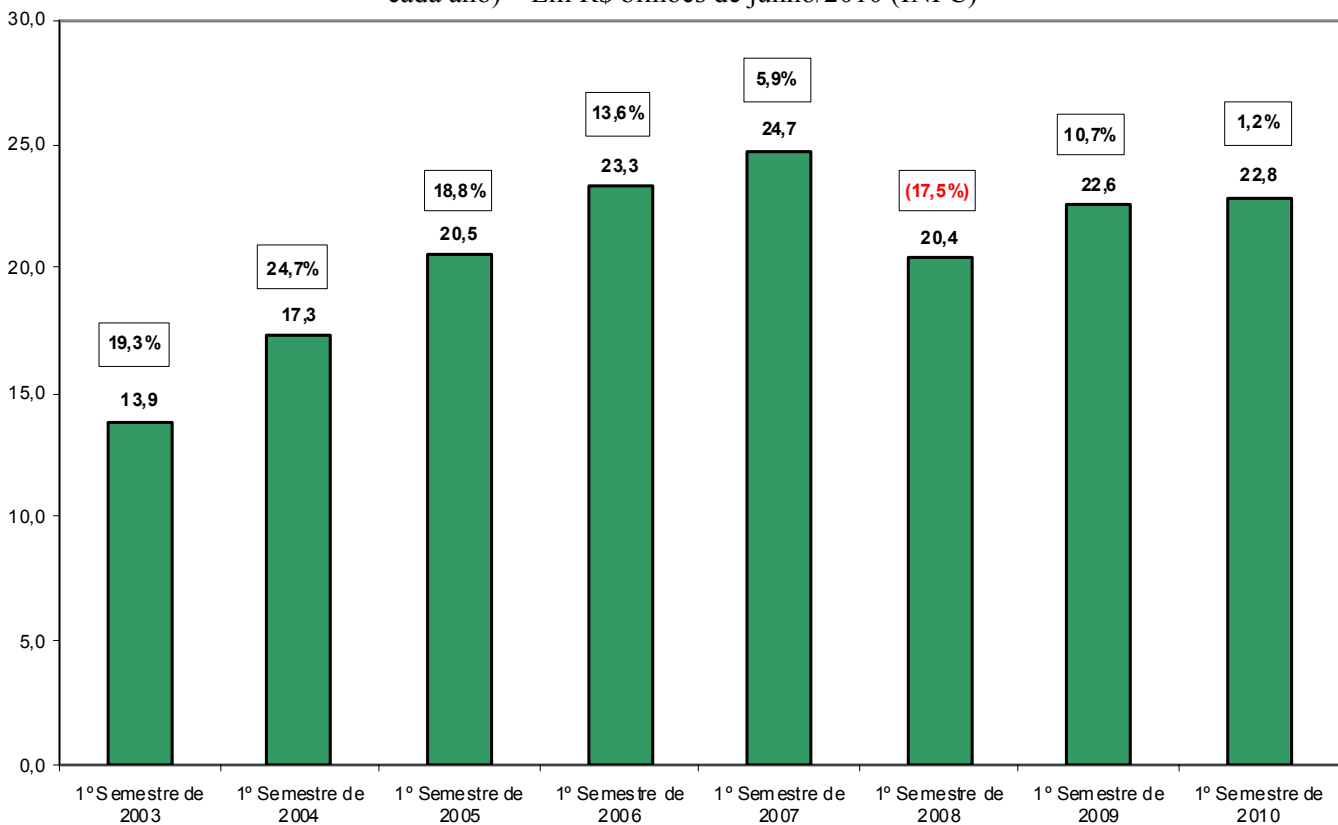
Evolução da Arrecadação Líquida e da Despesa com Benefícios Previdenciários no período de 2003 a 2010 (1º semestre de cada ano) – Em R\$ bilhões de junho/2010 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

### GRÁFICO 3

Evolução da Necessidade de Financiamento da Previdência Social no período de 2003 a 2010 (1º semestre de cada ano) – Em R\$ bilhões de junho/2010 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar). Elaboração: SPS/MPS

É importante destacar também que, entre o primeiro semestre de 2010 e o período correspondente de 2003, o aumento da arrecadação líquida (+87,3%), em termos percentuais, foi superior ao observado na despesa com benefícios previdenciários (+82,5%). Esse fato pode ser explicado pelo bom desempenho da economia brasileira e consequente aumento da formalização no mercado de trabalho nesse período.

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2010, os principais são: (i) a recuperação do mercado de trabalho formal, após a crise internacional; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS de R\$ 3.218,09 para R\$ 3.416,54 a partir de janeiro de 2010 (com a antecipação de um mês em relação a 2009), fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste acima da inflação concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2010, fazendo com que o piso previdenciário – que em junho determinou o valor recebido por 69,5% dos beneficiários da Previdência Social – tenha tido um ganho significativo no seu valor real; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2009, com base no INPC do período de fevereiro de 2009 a dezembro de 2009.

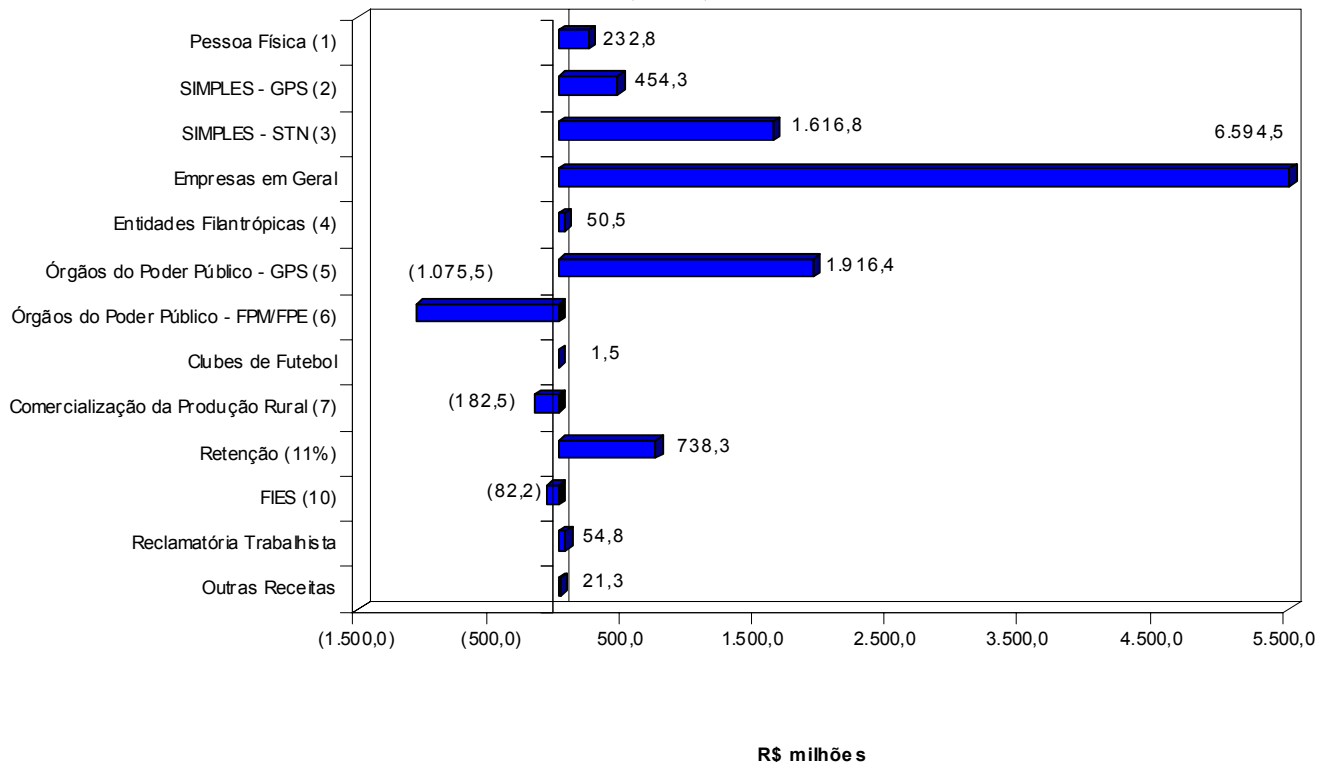
#### RECEITAS CORRENTES E MERCADO DE TRABALHO

No primeiro semestre de 2010, as receitas correntes foram de 101,9 bilhões, aumento de 11,3% (+R\$ 10,3 bilhões), em relação ao semestre de 2009. Esse aumento foi decorrente, basicamente, do bom desempenho do mercado de mercado formal, nos últimos meses, que refletiu nas principais rubricas vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) a proveniente de empresas em geral, que aumentou 11,1% (+R\$ 6,6 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES,

com incremento de 21,5% (+R\$ 2,1 bilhões, inclusive a contribuição dos empregados) e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra, aumento de 10,4% (+R\$ 738,3 milhões), que juntas representaram 84,0% do total dessas receitas, no primeiro semestre de 2010 (Gráfico 4).

#### GRÁFICO 4

Varição das Receitas Correntes (Janeiro a Junho) de 2010 em relação a 2009 - Em R\$ milhões de Jun/2010 (INPC)

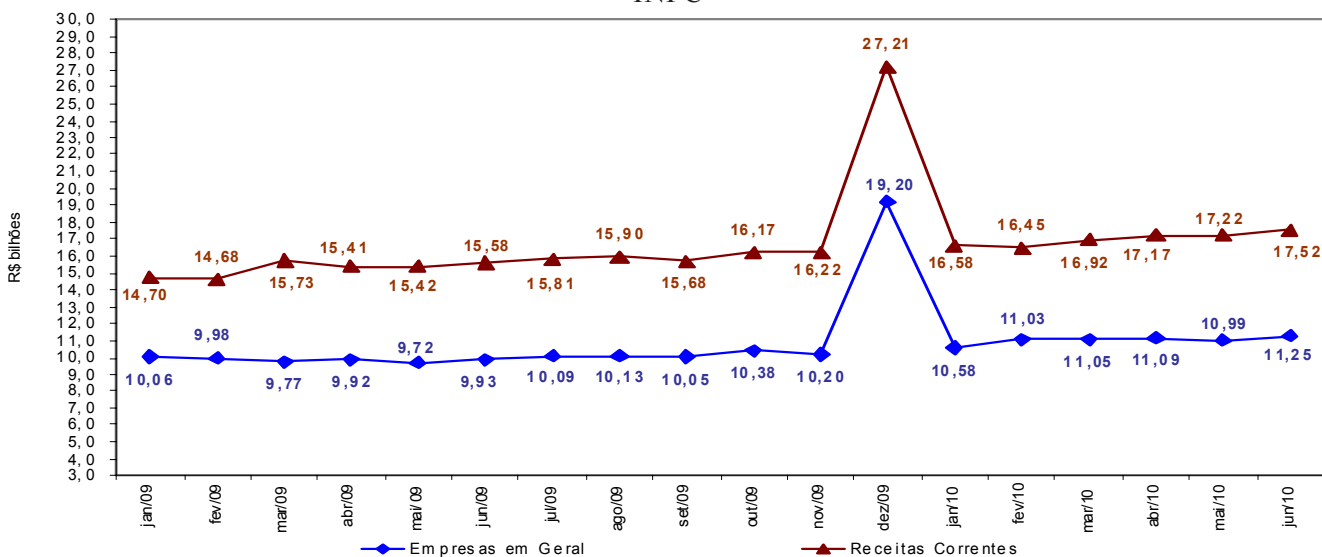


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar). Elaboração: SPS/MPS

O Gráfico 5 destaca a evolução das Receitas Correntes e da rubrica Empresas em Geral, que é uma das rubricas que mais intrinsecamente dependente do comportamento do mercado de trabalho, tendo composto neste primeiro semestre de 2010 cerca de 65% do total das receitas correntes.

#### GRÁFICO 5

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses Em R\$ bilhões de Jun/2010 - INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar). Elaboração: SPS/MPS



Conforme citado anteriormente, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho que revelam resultados bastante satisfatórios para os primeiros cinco meses do ano de 2010.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, em maio de 2010 o emprego formal apresentou crescimento de 0,88%, oriundo da geração de 298.041 postos de trabalho, resultado recorde para o mês em toda a série do CAGED e muito próximo do ocorrido no mês anterior (+305.068 postos de trabalho), que foi o segundo maior saldo dentre todos os meses. Com esse resultado, registra-se elevação recorde do emprego nos cinco primeiros meses do ano, fato inédito em toda a série histórica do emprego formal celetista no País. No acumulado do ano, os empregos criados já superaram a marca de um milhão (comportamento ocorrido apenas no ano de 2008), ao atingir o montante de 1.260.368 postos de trabalho, batendo o recorde para o período. Nos últimos doze meses, verificou-se o crescimento expressivo de 6,45% no nível de emprego, decorrente do acréscimo de 2.075.467 postos de trabalho, a maior elevação para o período. Quando a base de comparação abrange todos os períodos de doze meses, esse resultado é superado somente pelo observado no período de outubro/2007 a setembro de 2008 (+2.096.970 postos de trabalho). Em maio, todos os vinte e cinco subsetores de atividade econômica expandiram o nível de emprego, com catorze deles revelando saldos recordes. O conjunto das nove Áreas Metropolitanas registrou desempenho recorde de empregos (+100.071 postos ou +0,71%), decorrente da geração recorde em oito delas e segundo melhor saldo em uma. Contudo, esse resultado foi inferior ao observado para o interior desses aglomerados urbanos (+147.806 postos ou +1,20%).

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE, no mês de maio de 2010, estimou o número de pessoas em idade ativa (pessoas com 10 anos ou mais de idade), no conjunto das seis regiões metropolitanas investigadas, em 41,2 milhões, resultado estável em relação a abril último e com alta de 1,4% frente a maio de 2009. A população economicamente ativa (compreendida por pessoas ocupadas mais desocupadas), estimada em 23,6 milhões de pessoas, não variou na comparação mensal e apresentou acréscimo de 2,7% em relação a maio de 2009, no total das seis regiões. A população ocupada, estimada em 21,9 milhões em maio de 2010 no total das seis regiões, manteve comportamento de estabilidade perante o mês anterior. No confronto com maio de 2009, apresentou elevação de 4,3%, refletindo acréscimo de 894 mil postos de trabalho no período de um ano. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, no conjunto das seis regiões, foi estimado em 10,1 milhões em maio e se mostrou estável na comparação mensal. Em relação a maio do ano passado, esta estimativa teve crescimento de 7,4%, representando mais 698 mil postos de trabalho com carteira assinada no período de um ano. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em maio de 2010 em R\$ 1.417,30, no conjunto das seis regiões, apresentou queda de 0,9% na comparação mensal. E frente a maio do ano passado, o poder de compra do rendimento médio de trabalho dos ocupados aumentou 2,5%.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES/IBGE, em maio de 2010, o pessoal ocupado assalariado no setor industrial mostrou variação positiva de 0,3% frente ao mês anterior, na série livre de influências sazonais, acumulando 2,4% em cinco meses de expansão. No confronto com maio de 2009, o crescimento observado no total do pessoal ocupado alcançou 4,2%, quarta taxa positiva consecutiva e igual a mais elevada da série histórica, assinalada em outubro de 2004. Com isso, o índice acumulado nos cinco primeiros meses do ano registrou expansão de 1,9%, acelerando o ritmo frente aos resultados acumulados nos três primeiros meses do ano (0,7%) e no primeiro quadrimestre (1,3%), todas as comparações contra igual período do ano anterior. A taxa anualizada, indicador acumulado dos últimos doze meses, prosseguiu com a redução no ritmo de queda iniciada em dezembro de 2009, ao passar de -3,4%, em abril, para -2,6%, em maio. Na comparação com o mês de maio do ano passado, o emprego industrial cresceu 4,2%, com todos os locais investigados apontando taxas positivas. O valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente recuou 0,8% frente ao mês imediatamente anterior, após interromper em abril (-0,1%) o crescimento de 9,4% acumulado nos três primeiros meses do ano. No confronto maio/10 e maio/09, o valor da folha de pagamento real avançou 3,7%. O indicador acumulado no ano avançou 3,8%, com aumento no valor da folha de pagamento real em treze dos quatorze locais.



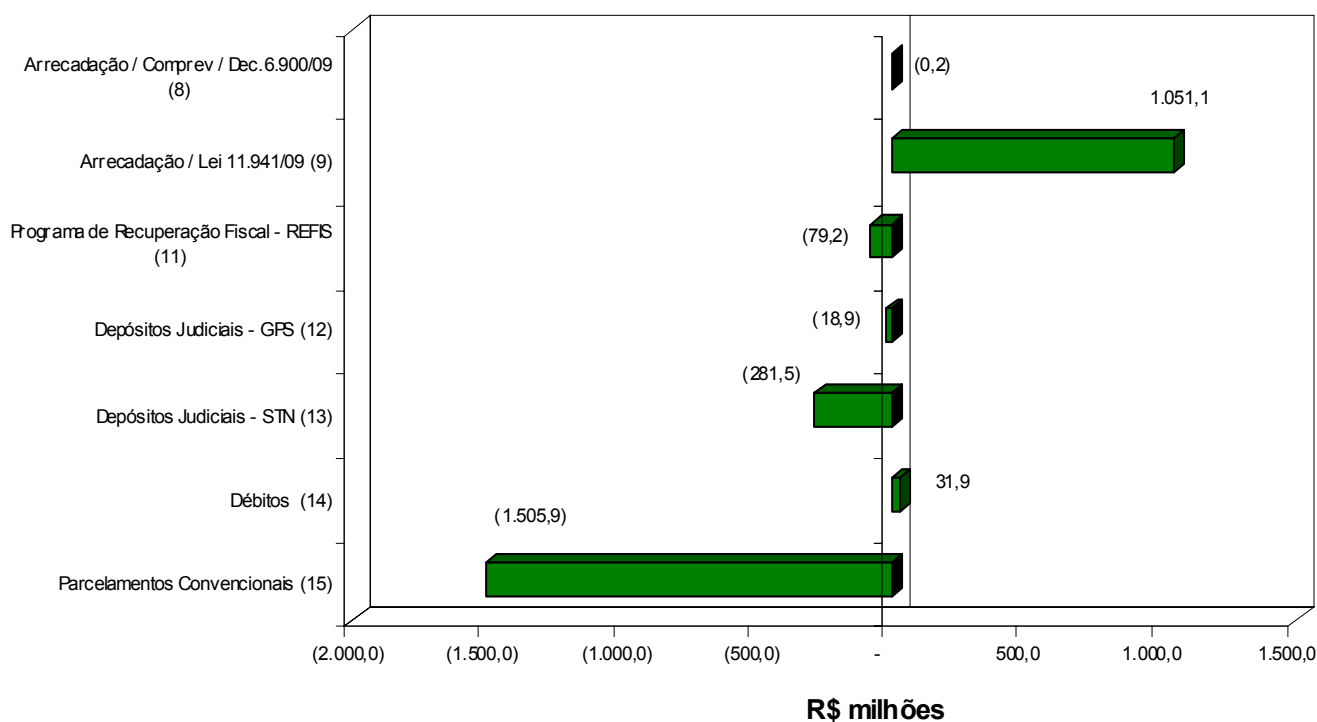
Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentaram o indicador dessazonalizado de emprego crescendo 0,4% em maio, frente ao mês anterior. A contínua expansão do emprego – por 10 meses seguidos, na comparação com o mês anterior – fez o indicador ultrapassar em maio, pela primeira vez, o nível pré-crise (em 0,2% frente a setembro de 2008). Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o emprego acelerou o crescimento de 5,5% em abril para 6,1% em maio. Na média de janeiro a maio de 2010, o emprego cresceu 3,9% frente ao mesmo período do ano anterior. A massa salarial real avançou 1,6% em maio, frente ao mês anterior (indicador original). Na variação anual, ou seja, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o indicador acelerou a taxa de crescimento de 6,6% em abril para 7,4% em maio. Esse é o maior ritmo de crescimento nessa comparação desde o início da série, em janeiro de 2006. Na média de janeiro a maio de 2010, frente ao mesmo período de 2009, a massa salarial cresceu 4,6%. O rendimento médio real do trabalhador da indústria cresceu 0,8% em maio, frente ao mês anterior (indicador original). Na comparação com o mesmo mês do ano anterior – crescimento anual –, o rendimento médio real cresceu 1,2% em maio, o que representa uma aceleração da alta de 1,1% em abril, na mesma base de comparação. Na média dos cinco primeiros meses do ano, o rendimento médio real cresceu à taxa de 0,7%, comparativamente à média dos mesmos cinco meses de 2009.

### RECEITAS ORIUNDAS DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

As receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos apresentaram um montante de R\$ 4,6 bilhões, no primeiro semestre de 2010, queda de 14,9% (-R\$ 802,6 milhões), frente ao mesmo período de 2009. Quase todas as rubricas oriundas de medidas de recuperação de crédito sofreram redução nesse período. Com exceção da rubrica Débitos, que cresceu 9,7%. A rubrica Arrecadação/Comprev aumentou, mas não tem uma boa base de comparação no período, porque só começou a ser recolhida a partir de agosto de 2009. Quanto ao desempenho negativo, destaca-se a rubrica Parcelamentos Convencionais, que representou 46,5% do total das receitas de recuperação de créditos e queda de 41,5% (-R\$ 1,5 bilhão), entre o 1º semestre de 2010 e o mesmo período de 2009.

### GRÁFICO 6

Varição das Receitas de Recuperação de Créditos (Jan a Jun) de 2010 em relação a 2009 - Em R\$ milhões de Jun/2010 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar). Elaboração: SPS/MPS



## BENEFÍCIOS EMITIDOS E CONCEDIDOS

Em junho de 2010, foram emitidos 27,5 milhões de benefícios, ocorrendo acréscimo de 1,8% (+481,1 mil benefícios) em relação a maio de 2010. Os Benefícios Assistenciais apresentaram maiores percentuais de crescimento, de 2,9% (+102,3 mil benefícios), seguidos dos Benefícios Previdenciários e Assistenciais, que aumentaram 1,7% (+375,6 mil benefícios) e 0,3% (+2,5 mil benefícios), respectivamente. Dentre todas as espécies de benefícios, entre junho e maio de 2010, destacam-se o salário-maternidade, que aumentou 10,6% (+7,5 mil benefícios) e as aposentadorias por idade, com incremento de 1,9% (+147,2 mil benefícios) (Tabela 3).

**TABELA 3** – Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Jun/2009, Mai/2010 e Jun/2010)

	jun/09 (A)	mai/10 (B)	jun/10 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Média Jan. a jun-09	Média Jan. a jun-10	Var. %
<b>TOTAL</b>	<b>26.613.700</b>	<b>27.391.315</b>	<b>27.529.478</b>	<b>0,5</b>	<b>3,4</b>	<b>26.348.235</b>	<b>27.237.639</b>	<b>3,4</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>22.388.404</b>	<b>23.001.212</b>	<b>23.111.982</b>	<b>0,5</b>	<b>3,2</b>	<b>22.171.507</b>	<b>22.879.980</b>	<b>3,2</b>
Aposentadorias	14.768.101	15.271.522	15.332.094	0,4	3,8	14.632.106	15.207.293	3,9
Idade	7.676.688	7.969.178	8.004.119	0,4	4,3	7.599.409	7.933.711	4,4
Invalidez	2.866.633	2.924.627	2.932.840	0,3	2,3	2.855.546	2.916.075	2,1
Tempo de Contribuição	4.224.780	4.377.717	4.395.135	0,4	4,0	4.177.151	4.357.507	4,3
Pensão por Morte	6.360.502	6.519.953	6.539.806	0,3	2,8	6.324.913	6.500.629	2,8
Auxílio-Doença	1.136.257	1.079.919	1.105.012	2,3	(2,7)	1.106.041	1.048.080	(5,2)
Salário-Maternidade	73.991	74.354	78.678	5,8	6,3	61.081	69.771	14,2
Outros	49.553	55.464	56.392	1,7	13,8	47.367	54.208	14,4
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>809.470</b>	<b>795.911</b>	<b>800.629</b>	<b>0,6</b>	<b>(1,1)</b>	<b>802.468</b>	<b>789.433</b>	<b>(1,6)</b>
Aposentadorias	156.436	162.344	162.972	0,4	4,2	155.194	161.399	4,0
Pensão por Morte	127.390	126.193	126.078	(0,1)	(1,0)	127.659	126.356	(1,0)
Auxílio-Doença	175.113	156.638	160.292	2,3	(8,5)	168.517	151.435	(10,1)
Auxílio-Acidente	273.879	277.266	278.043	0,3	1,5	273.369	276.453	1,1
Auxílio-Suplementar	76.652	73.470	73.244	(0,3)	(4,4)	77.730	73.791	(5,1)
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>3.407.438</b>	<b>3.583.906</b>	<b>3.606.380</b>	<b>0,6</b>	<b>5,8</b>	<b>3.366.271</b>	<b>3.558.050</b>	<b>5,7</b>
Amparos Assistenciais - LOAS	3.051.331	3.261.624	3.286.809	0,8	7,7	3.000.612	3.231.174	7,7
Idoso	1.484.906	1.572.743	1.582.009	0,6	6,5	1.458.307	1.562.547	7,1
Portador de Deficiência	1.566.425	1.688.881	1.704.800	0,9	8,8	1.542.305	1.668.628	8,2
Pensões Mensais Vitalícias	15.024	14.616	14.568	(0,3)	(3,0)	15.130	14.675	(3,0)
Rendas Mensais Vitalícias	341.083	307.666	305.003	(0,9)	(10,6)	350.530	312.201	(10,9)
Idade	92.378	79.423	78.437	(1,2)	(15,1)	96.274	81.176	(15,7)
Invalidez	248.705	228.243	226.566	(0,7)	(8,9)	254.256	231.025	(9,1)
<b>ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)</b>	<b>8.388</b>	<b>10.286</b>	<b>10.487</b>	<b>2,0</b>	<b>25,0</b>	<b>7.989</b>	<b>10.177</b>	<b>27,4</b>

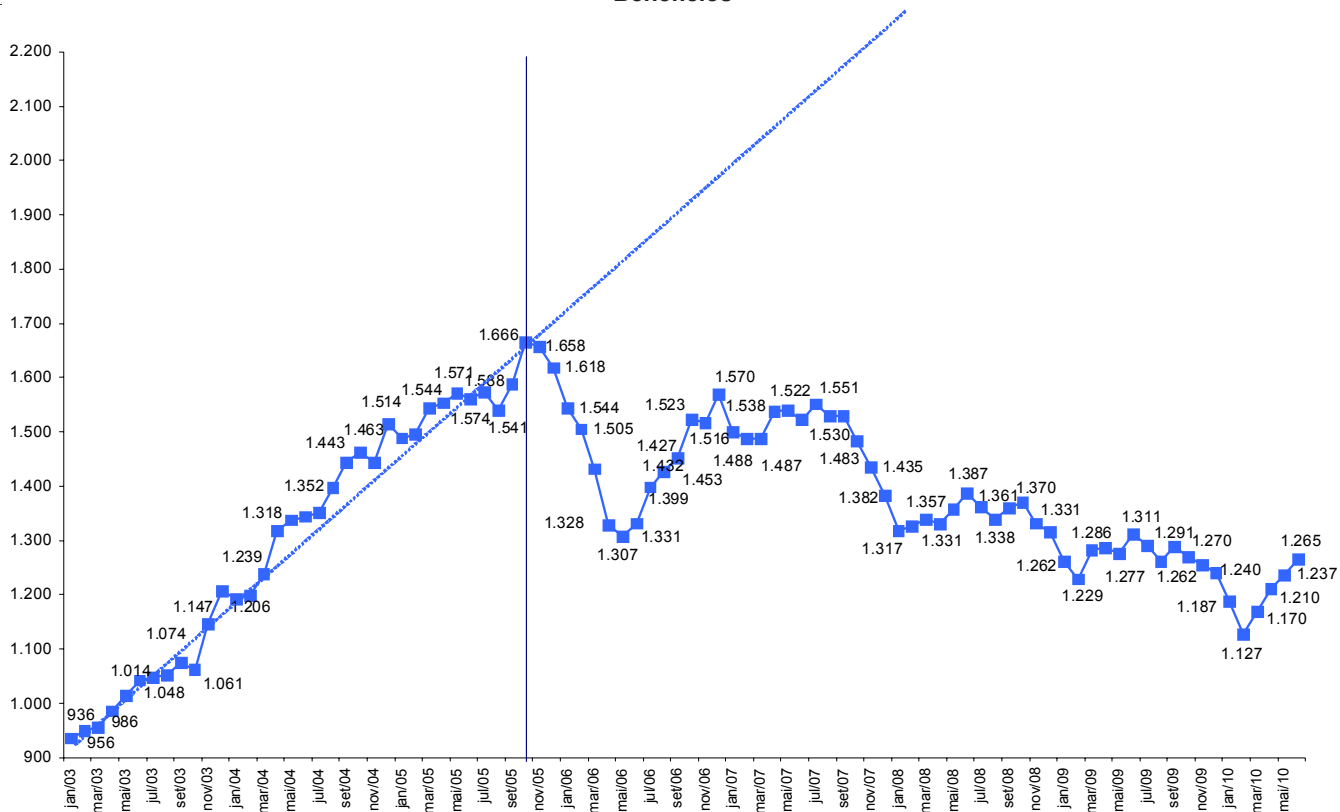
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS – Elaboração: SPS/MPS

Entre os meses de junho de 2010 e o mês correspondente de 2010, verifica-se aumento de 3,2% (+723,6 mil benefícios) na quantidade de benefícios emitidos. Os Benefícios Assistenciais apresentaram maiores crescimentos, em termos percentuais, de 5,8% (+199,0 mil benefícios), seguido dos Previdenciários, que tiveram elevações de 3,2% (+723,6 mil benefícios). Já os Benefícios Acidentários sofreram queda e 1,1% (-8,8 mil benefícios).

Com relação aos grupos de espécies, cabe destacar o auxílio-doença previdenciário e acidentário emitidos, que juntos cresceram 2,3% (+28,7 mil benefícios), entre junho e maio de 2010, e diminuíram 3,5% (-46,1 mil benefícios), entre junho de 2010 e o mês correspondente de 2009. De acordo com o Gráfico 7, percebe-se que, no mês de junho de 2010, a quantidade total emitida do auxílio-doença previdenciário e acidentário está abaixo do mês de abril de 2004, o que pode ser explicado pelas medidas de gestão da Previdência Social, em especial, a chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES, programa iniciado no segundo semestre de 2005 e que tem como objetivo garantir mais resolutividade na realização das perícias médicas.



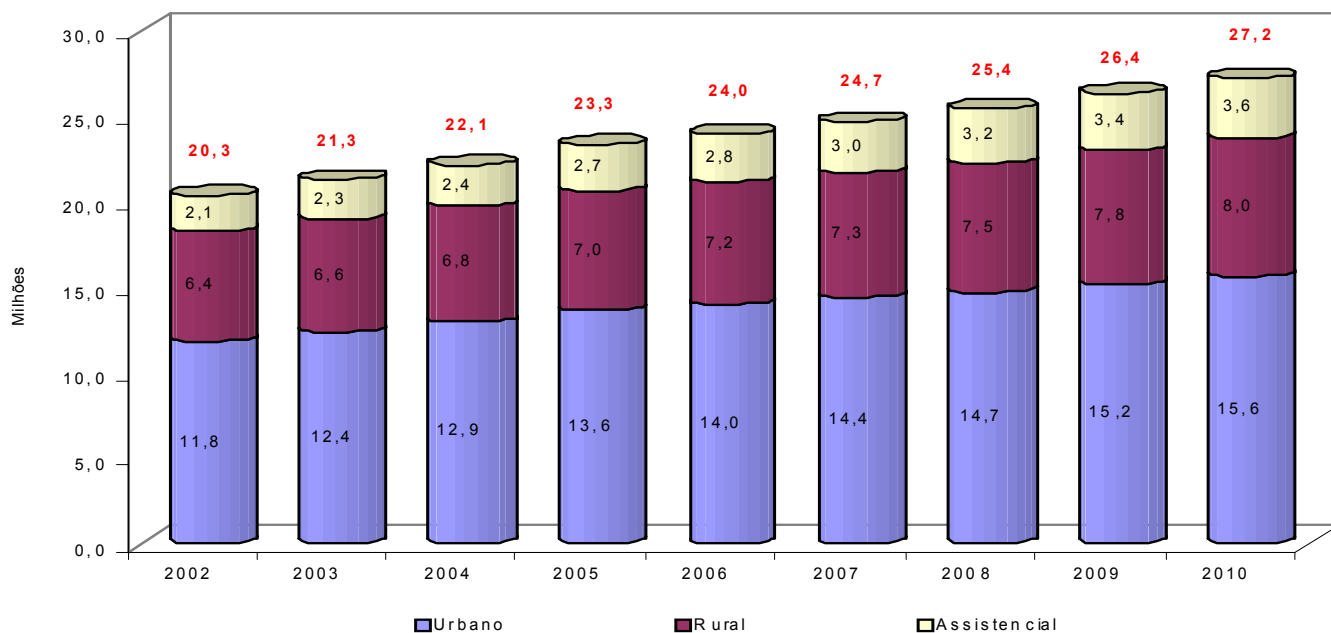
**GRÁFICO 7**  
Evolução de Auxílios-Doenças emitidos (Previdenciários e Acidentários) - Janeiro de 2003 a Julho de 2010 – Em mil Benefícios



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

Da quantidade média de 27,2 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a junho de 2010, 57,4% (15,6 milhões) foram destinados aos beneficiários da área urbana, 29,5% (8,0 milhões) aos beneficiários da área rural e 13,1% (3,6 milhões) aos assistenciais. De 2002 a 2010, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 32,0% no meio urbano, de 26,0% no meio rural e de 66,4% nos assistenciais (Gráfico 8).

**GRÁFICO 8**  
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2002 a 2010) - Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Junho



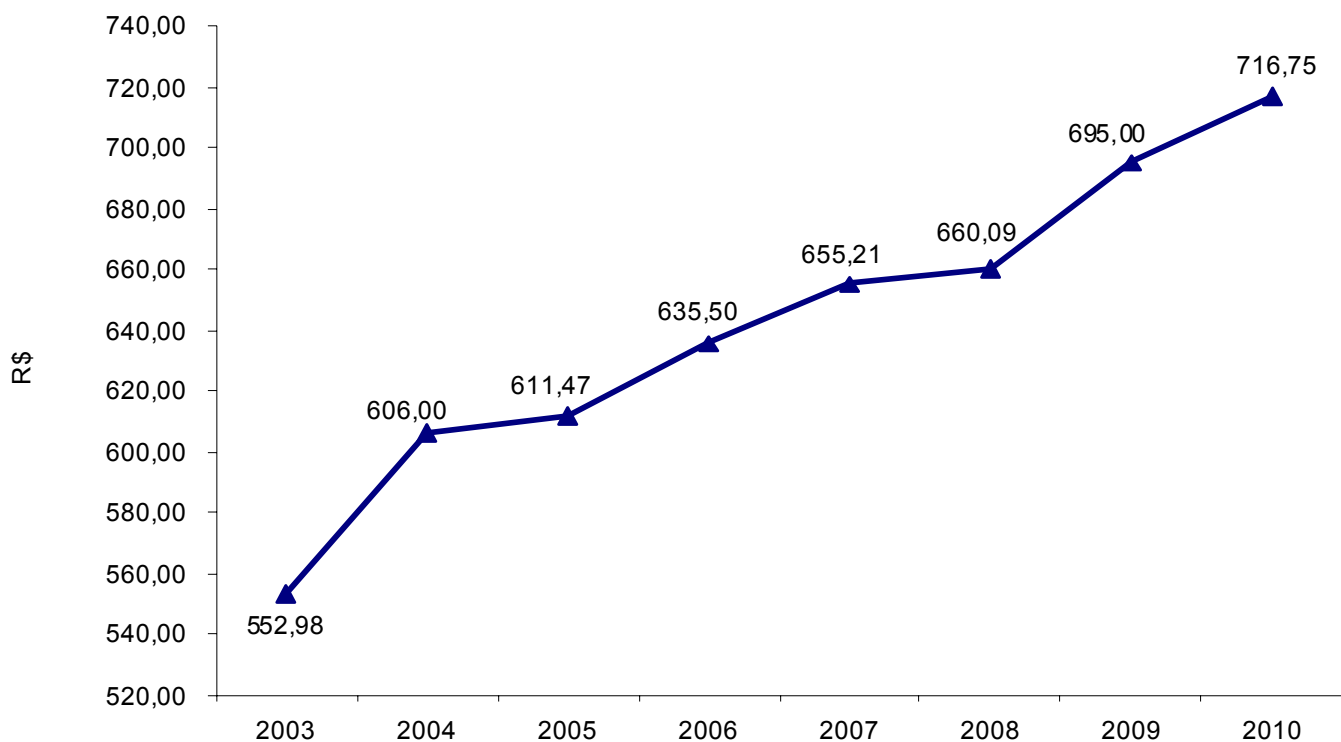
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS



O valor médio dos benefícios do RGPS foi de R\$ 716,75, no período de janeiro a junho de 2010, aumento de 3,1%, frente ao mesmo período de 2009, e de 29,6%, quando comparado ao período correspondente de 2003. De acordo com o Gráfico 8, no primeiro semestre de cada ano, no período de 2003 a 2010, verificam-se crescimentos contínuos do valor médio real dos benefícios do RGPS emitidos.

### GRÁFICO 8

Evolução do Valor Médio de Benefícios do RGPS Emitidos pela Previdência Social 2003 a 2010 (Média de Janeiro a Junho) – Em R\$ de junho/2010 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS  
Elaboração: SPS/MPS

Nos primeiros seis meses de 2010, a quantidade de benefícios concedidos foi da ordem de 2,3 milhões, aumento de 1,4% (+32,3 mil benefícios) frente ao mesmo período de 2009. Os Benefícios Assistenciais e Previdenciários apresentaram elevações de 11,4% (+19,8 mil benefícios) e 1,8% (+32,7 mil benefícios), respectivamente. Já os Benefícios Acidentários tiveram redução de 10,6% (-20,1 mil benefícios) entre o 1º semestre de 2010 e o período correspondente de 2009.

Com relação aos grupos de espécies, destacam-se as aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, que diminuíram, respectivamente, 11,8% (-17,7 mil benefícios) e 7,1% (-21,0 mil benefícios). Já as aposentadorias por invalidez previdenciárias e acidentárias cresceram juntas 9,6% (+8,9 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

**TABELA 4 – Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Jun/2009, Mai/2010 e Jun/2010)**

	jun/09 (A)	mai/10 (B)	jun/10 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a jun-09	Acum. Jan. a jun-10	Var. %
<b>TOTAL</b>	<b>38.447,0</b>	<b>396.566</b>	<b>372.060</b>	<b>(6,2)</b>	<b>(3,2)</b>	<b>2.231.426</b>	<b>2.263.698</b>	<b>1,4</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>331.289</b>	<b>333.778</b>	<b>315.281</b>	<b>(5,5)</b>	<b>(4,8)</b>	<b>1.867.982</b>	<b>1.900.686</b>	<b>1,8</b>
Aposentadorias	94.055	87.608	83.653	(4,5)	(11,1)	533.857	503.263	(5,7)
Idade	50.760	48.848	46.923	(3,9)	(7,6)	296.850	275.885	(7,1)
Invalidez	17.150	16.008	14.681	(8,3)	(14,4)	87.663	95.692	9,2
Tempo de Contribuição	26.145	22.752	22.049	(3,1)	(15,7)	149.344	131.686	(11,8)
Pensão por Morte	314,04	32.729	31.707	(3,1)	1,0	183.428	188.655	2,8
Auxílio-Doença	154.164	160.551	148.117	(7,7)	(3,9)	864.366	913.774	5,7
Salário-Maternidade	49.823	50.675	49.673	(2,0)	(0,3)	276.337	282.971	2,4
Outros	1.843	2.215	2.131	(3,8)	15,6	9.994	12.023	20,3
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>31.865</b>	<b>29.181</b>	<b>26.878</b>	<b>(7,9)</b>	<b>(15,7)</b>	<b>188.752</b>	<b>168.659</b>	<b>(10,6)</b>
Aposentadorias	774	841	766	(8,9)	(1,0)	4.318	5.150	19,3
Pensão por Morte	63	61	62	1,6	(1,6)	439	371	(15,5)
Auxílio-Doença	29.849	27.161	25.066	(7,7)	(16,0)	177.029	156.609	(11,5)
Auxílio-Acidente	1.161	1.106	972	(12,1)	(16,3)	6.873	6.458	(6,0)
Auxílio-Suplementar	18	12	12	0,0	(33,3)	93	71	(23,7)
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>20.958</b>	<b>33.355</b>	<b>29.738</b>	<b>(10,8)</b>	<b>41,9</b>	<b>173.380</b>	<b>193.222</b>	<b>11,4</b>
Amparo Assistencial - LOAS	20.905	33.308	29.704	(10,8)	42,1	173.146	192.992	11,5
Idoso	16.614	15.049	13.811	(8,2)	(16,9)	101.890	85.472	(16,1)
Portador de Deficiência	4.291	18.259	15.893	(13,0)	270,4	71.256	107.520	50,9
Pensões Mensais Vitalícias	53	47	34	(27,7)	(35,8)	233	227	(2,6)
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	1	3	200,0
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	1	3	200,0
<b>ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)</b>	<b>358</b>	<b>252</b>	<b>163</b>	<b>(35,3)</b>	<b>(54,5)</b>	<b>1.312</b>	<b>1.131</b>	<b>(13,8)</b>

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPS/MPS

Cabe observar que a redução em alguns benefícios pode ser explicada, em parte, pelas medidas de gestão adotadas pelo Ministério da Previdência Social, com destaques para a prevenção a fraudes, melhoria do atendimento ao segurado e mudanças nas regras para obtenção e permanência dos benefícios.



---

Notas Explicativas - Tabela 1:

- (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios,.
- (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.
- (10) Contribuições das universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência Social por meio do Tesouro Nacional.
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
- (15) Pagamento de parcelamentos administrativos e judiciais, com exceção dos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal instituído pela Lei 9.964 de abril de 2000.
- (16) Amortização de débitos de Estados e Municípios, por meio de retenção do FPM e FPE.
- (17) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação
- (18) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.



**Tabela 1**  
**Fluxo de Caixa - 2010 (R\$ mil correntes)**

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acum 2010
<b>1. SALDO INICIAL</b>	4.174,157	10.717,600	14.774,570	15.385,735	14.567,187	14.175,900	14.175,900						4.174,157
<b>2. RECEBIMENTOS</b>	29.709,572	27.484,244	27.673,674	22.843,697	23.184,477	26.017,533	26.017,533						156.875,497
2.1. ARRECAÇÃO	16.809,529	18.816,283	17.471,805	17.838,381	18.224,689	18.289,697	18.289,697						105.550,626
- Arrecadação Bancária	15.061,723	15.460,000	16.000,448	16.116,111	16.400,000	16.478,322	16.478,322						95.624,681
- SIMPLES (1)	1.437,786	1.691,154	1.308,720	1.308,720	1.273,207	1.480,805	1.480,805						7.712,769
- Programa de Recuperação Fiscal - REFS (2)	11,058	9,528	9,161	10,781	10,280	11,058	11,058						62,441
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	5		132	32		308	308						947
- Contribuições da Dívida Pública - CDP (4)	167,315	171,508	172,887	175,168	177,281	177,744	177,744						1.041,702
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	53,335	19,889	38,776	60,325	63,735	52,888	52,888						289,996
- Julgamento de Dívidas (6)													
- Depósitos Judiciais (7)	86,901	61,788	114,197	287,492	271,919	139,289	139,289						981,956
- Restituições de Arrecadação	(9,062)	(36,571)	(16,916)	(18,235)	(31,745)	(30,533)	(30,533)						(143,081)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	(51,605)	11,480	289,133	(75,361)	(114,686)	(123,811)	(123,811)						(64,862)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	21,188	5,346	21,965	13,269	22,194	14,400	14,400						98,452
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	6.949,267	7.020,905	(1.765,519)	1.620,700	2.442,519	4.420,448	4.420,448						20.680,321
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.981,163	3.000,230	11.693,200	3.346,708	2.609,504	3.417,070	3.417,070						30.610,993
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin. / COFINS - TRF)	780,314	244,767	3.726,200	408,259	335,123	362,201	362,201						5.856,903
- Concursos e Propósitos	25,997	13,000	1,600	2,624	23,790	24,257	24,257						91,293
- Operações de Crédito Externa	3,322				768								4,088
- COFINS	2.551,958	(76,557)	5.275,752	1.290,180	421,567	594,852	594,852						10.057,794
- COFINS/IOFAS	2.020,939	2.920,287	2.147,359	1.817,000	1.392,967	1.916,886	1.916,886						11.628,377
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	105,000	80,000	100,000	86,000	99,001	90,000	90,000						593,001
- Recursos Ordinários - Contrapartida													
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social 2 Lucro - Contrapartida)	476,551	386,713	396,409	372,592	346,303	438,894	438,894						2.399,461
- Contrib. Provisões s/ Nov. Franquia - CPMF	17,002												17,002
<b>3. PAGAMENTOS</b>	<b>23.168,128</b>	<b>23.448,274</b>	<b>27.019,690</b>	<b>23.555,373</b>	<b>23.555,373</b>	<b>25.471,326</b>	<b>25.471,326</b>						<b>146.283,835</b>
3.1. PAGAMENTOS INSS	20.486,890	21.872,477	25.462,592	22.046,204	21.945,312	23.796,412	23.796,412						135.609,629
3.1.1. BENEFÍCIOS	19.451,601	21.041,659	24.520,796	21.240,091	21.062,553	21.272,701	21.272,701						128.599,407
- Total de Benefícios	19.547,090	21.166,267	24.602,475	21.383,711	21.203,327	21.396,173	21.396,173						129.299,042
- Devolução de Benefícios	(95,489)	(124,608)	(78,880)	(123,429)	(120,445)	(103,530)	(103,530)						(646,394)
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	17.784,426	18.996,339	22.600,331	19.341,869	19.171,241	19.358,611	19.358,611						117.253,877
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	17.559,335	18.860,162	18.929,374	18.961,443	18.848,638	18.926,354	18.926,354						112.168,205
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (9)	225,091	136,237	3.666,568	380,426	322,703	332,238	332,238						5.085,672
3.1.1.1.2. INOPREVIDENCIÁRIOS	1.897,176	2.053,260	1.911,464	1.892,222	1.891,316	1.914,088	1.914,088						11.335,663
3.1.1.2. IOFAS	79,598	79,591	81,313	63,163	63,746	62,406	62,406						425,802
3.1.1.2.1. EU T.N.	1.897,689	1.977,689	1.830,151	1.830,099	1.827,956	1.851,683	1.851,683						10.909,722
3.1.1.2.2. IOFAS	81,909	81,902	81,162	63,064	63,790	62,723	62,723						424,119
3.1.2. PESSOAL (10)	833,127	726,066	654,434	653,732	685,105	685,105	685,105						4.213,094
3.1.3. CUSTEIO (11)	202,127	102,052	294,031	151,299	239,027	1.898,607	1.898,607						2.897,143
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	2.679,787	1.567,127	1.576,300	1.670,630	1.610,061	1.674,913	1.674,913						10.674,207
4. ARRECAÇÃO LÍQUIDA (2.1 + 3.2)	14.076,016	15.207,343	15.892,924	16.330,085	16.581,718	16.590,287	16.590,287						94.658,345
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1.1)	(3.708,470)	(3.701,056)	(6.726,472)	(3.011,813)	(2.598,529)	(2.778,326)	(2.778,326)						(22.595,534)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEFS. (4 - 3.1.1)	(5.275,596)	(5.834,316)	(8.537,471)	(4.910,035)	(4.480,835)	(4.692,414)	(4.692,414)						(33.931,057)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	6.543,444	3.996,969	653,995	(778,375)	(370,956)	546,567	546,567						10.591,662
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)	10.717,600	14.774,570	15.398,955	14.587,378	14.196,231	14.722,468	14.722,468						14.765,819

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MP/SS

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Retire pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Retire as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE, SESC, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



**Tabela 2**  
**Fluxo de Caixa - Jun/2010 (R\$ mil de Jun/2010 - INPC)**

Itens de Receita e Despesa	Valores em mil R\$ de Jun/2010 - INPC									
	Jun/09	ma/10	Jun/10	Var. III/II	Em %	Em %	Var. III/II	Acum. Jan.	Acum. Jan.	Var. Acum.
	I	II	III	Em %	Em %	Var. III/II	a Jun-08 - IV	a Jun-10 - V	V / IV Em %	
<b>1. SALDO INICIAL</b>	9.768.757	14.551.147	14.175.900	(2,6)	45,1		46.656.428	74.196.167	59,0	
<b>2. RECEBIMENTOS</b>	22.563.884	23.125.806	25.983.396	12,4	15,2		140.677.771	168.216.446	12,5	
2.1. ARRECAÇÃO	16.246.089	18.171.748	18.255.200	0,5	12,4		96.769.938	106.265.886	9,8	
- Arrecadação Bancária	15.070.761	16.441.957	16.478.322	0,2	9,3		89.157.388	96.474.405	8,2	
- SIMPLES (1)	1.083.850	1.271.805	1.460.605	14,8	34,8		6.165.744	7.782.972	26,2	
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	17.718	10.279	11.085	7,8	(37,4)		142.143	62.986	(65,7)	
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	43	70	309	343,0	624,3		434	549	26,4	
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	-	177.086	177.744	0,4	-		-	1.051.069	-	
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	67.926	63.725	52.896	(17,0)	(22,1)		374.377	292.212	(21,9)	
- Quitação de Dívidas (6)	-	-	-	-	-		-	-	-	
- Depósitos Judiciais (7)	55.867	271.620	139.269	(48,7)	149,3		1.248.130	966.636	(22,6)	
- Restituições de Arrecadação	(18.792)	(31.710)	(30.533)	(3,7)	62,5		(115.158)	(144.154)	25,2	
<b>2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS</b>	(13.596)	(14.571)	(123.811)	8,1	810,6		(159.034)	(63.013)	(60,4)	
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	13.180	22.169	14.490	(34,6)	9,9		146.814	98.321	(32,3)	
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	(5.320.706)	2.439.830	4.420.448	81,2	(183,1)		(529.917)	20.960.757	(4.055,5)	
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	11.638.918	2.606.630	3.417.070	31,1	(70,6)		44.449.970	30.953.496	(30,4)	
- Recursos Ordinários (Incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)	348.707	334.754	362.201	8,2	3,9		4.734.419	5.920.723	25,1	
- Concursos e Prognósticos	17	23.764	24.257	2,1	142,420,7		13.703	92.133	572,4	
- Operações de Crédito Externa	-	763	-	(100,0)	-		2.128	4.167	95,8	
- COFINS	9.191.905	421.103	594.852	41,3	(93,5)		26.365.386	10.178.903	(61,4)	
- COFINS/LOAS	1.646.755	1.381.434	1.916.866	38,8	16,4		10.737.292	11.752.931	9,5	
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	67.043	98.892	80.000	(19,1)	19,3		589.307	564.334	(4,2)	
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	-	-		0	-	(100,0)	
- Recursos Ordinários - Contrapartida	-	-	-	-	-		-	-	-	
- Contrib. Social sobre Lucro (Incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)	384.491	345.921	438.894	26,9	14,1		1.987.675	2.422.788	21,9	
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	-	-	-	-	-		59	17.516	29.456,7	
<b>3. PAGAMENTOS</b>	22.231.682	23.529.436	25.471.326	8,3	14,6		134.098.441	147.607.286	10,1	
3.1. PAGAMENTOS INSS	20.718.148	21.921.148	23.796.412	8,6	14,9		124.150.460	136.819.056	10,2	
3.1.1. BENEFÍCIOS	20.020.298	21.039.361	21.272.701	1,1	6,3		119.601.241	129.746.933	8,5	
- Total de Benefícios	20.091.478	21.179.979	21.396.173	1,0	6,5		121.089.927	130.462.311	7,7	
- Devolução de Benefícios	(71.180)	(120.310)	(103.536)	(13,9)	45,5		(1.486.685)	(652.019)	(66,2)	
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	18.274.894	19.150.131	19.358.611	1,1	5,9		109.394.331	118.309.625	8,1	
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	17.908.789	18.827.784	19.026.354	1,1	6,2		104.747.001	113.176.283	8,0	
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (9)	366.105	322.347	332.258	3,1	(9,2)		4.647.330	5.133.342	10,5	
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	1.745.404	1.889.230	1.914.089	1,3	9,7		10.206.911	11.437.307	12,1	
3.1.1.2.1. EPU T.N.	71.101	63.676	62.406	(2,0)	(12,2)		423.201	430.101	1,6	
3.1.1.2.2. LOAS	1.674.302	1.825.554	1.851.683	1,4	10,6		9.783.710	11.007.206	12,5	
3.1.2. PESSOAL (10)	581.789	653.012	665.105	1,9	14,3		3.326.326	4.256.151	27,9	
3.1.3. CUSTEIO (11)	116.061	228.775	1.868.607	712,4	1.501,4		2.222.893	2.816.972	130,4	
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	1.513.434	1.608.288	1.674.913	4,1	10,7		9.947.980	10.788.230	8,4	
<b>4. ARRECAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)</b>	14.732.655	16.653.459	16.580.287	0,1	12,5		86.821.958	95.477.656	10,0	
<b>5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)</b>	(3.542.240)	(2.866.671)	(2.776.325)	7,4	(21,6)		(22.572.373)	(22.831.969)	1,2	
<b>6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)</b>	(5.287.643)	(4.478.902)	(4.692.414)	4,8	(11,3)		(32.779.284)	(34.269.277)	4,5	
<b>7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)</b>	332.503	(403.631)	512.070	(226,9)	54,1		6.579.330	10.609.161	61,2	
<b>8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)</b>	10.101.059	14.147.516	14.687.971	3,8	45,4		10.101.059	14.687.971	45,4	

Fonte: CGF/INSS

Elaboração: SFS/MP.

- (1) Contribuição previdenciária arrecada e transferida pela União.
- (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-0/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
- (3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.
- (4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.
- (5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
- (7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
- (9) Pagamento de prescrições de beneficiários e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determina que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
- (10) Retine pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
- (11) Retine as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
- (12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRÁ, DPC/DFPE - Moritório, SDR/MARA, SENAI, SENS/JC, SEBRAE, SENAR, SENA, SENAT, SESCOOP.
- (13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



**Tabela 3**  
**Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios**  
**(R\$ milhões de Jun/2010 - INPC)**

Valores em milhões R\$ de Jun/2010 - INPC

Período	Arrecadação Bruta (1) (A)	Transferências a Terceiros (B)	Arrecadação Líquida C = (A - B)	Benefícios Previdenciários (2) (3) (4) (5) (D)	Relação % E=(D/C)	Saldo F= (C - D)
<b>Valores referentes ao acumulado até o mês de Junho, a preços de Jun/2010 INPC</b>						
2000	54.491	3.859	50.632	57.956	114,5	(7.324)
2001	58.299	4.382	53.917	61.997	115,0	(8.080)
2002	58.461	4.223	54.237	65.857	121,4	(11.619)
2003	55.155	4.176	50.979	64.837	127,2	(13.858)
2004	62.327	4.814	57.513	74.794	130,0	(17.280)
2005	66.891	4.408	62.482	83.006	132,8	(20.524)
2006	73.753	5.904	67.850	91.173	134,4	(23.324)
2007	82.342	7.679	74.663	99.366	133,1	(24.704)
2008	91.768	9.407	82.362	102.745	124,7	(20.383)
2009	96.770	9.948	86.822	109.394	126,0	(22.572)
2010	106.266	10.788	95.478	118.310	123,9	(22.832)
jun/08	15.652	1.424	14.228	17.375	122,1	(3.148)
jul/08	15.950	1.490	14.460	16.839	116,5	(2.380)
ago/08	15.839	1.450	14.389	18.817	130,8	(4.428)
set/08	16.150	1.525	14.625	22.702	155,2	(8.077)
out/08	16.104	1.502	14.602	16.671	114,2	(2.069)
nov/08	16.125	1.489	14.637	19.197	131,2	(4.561)
dez/08	26.238	1.520	24.718	22.848	92,4	1.870
jan/09	15.404	2.536	12.868	19.647	152,7	(6.778)
fev/09	15.523	1.482	14.041	16.800	119,6	(2.759)
mar/09	16.582	1.462	15.120	18.452	122,0	(3.331)
abr/09	16.421	1.510	14.911	18.191	122,0	(3.280)
mai/09	16.594	1.445	15.149	18.031	119,0	(2.882)
jun/09	16.246	1.513	14.733	18.275	124,0	(3.542)
jul/09	16.448	1.515	14.932	18.166	121,7	(3.233)
ago/09	16.520	1.482	15.038	20.460	136,1	(5.422)
set/09	16.249	1.557	14.692	24.256	165,1	(9.564)
out/09	16.989	1.527	15.462	18.347	118,7	(2.886)
nov/09	18.950	1.531	17.419	20.648	118,5	(3.229)
dez/09	28.058	1.601	26.457	24.641	93,1	1.816
jan/10	17.171	2.746	14.425	18.226	126,3	(3.800)
fev/10	17.081	1.605	15.476	19.324	124,9	(3.848)
mar/10	17.623	1.574	16.050	22.847	142,3	(6.797)
abr/10	17.963	1.581	16.382	19.404	118,4	(3.021)
mai/10	18.172	1.608	16.563	19.150	115,6	(2.587)
jun/10	18.255	1.675	16.580	19.359	116,8	(2.778)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

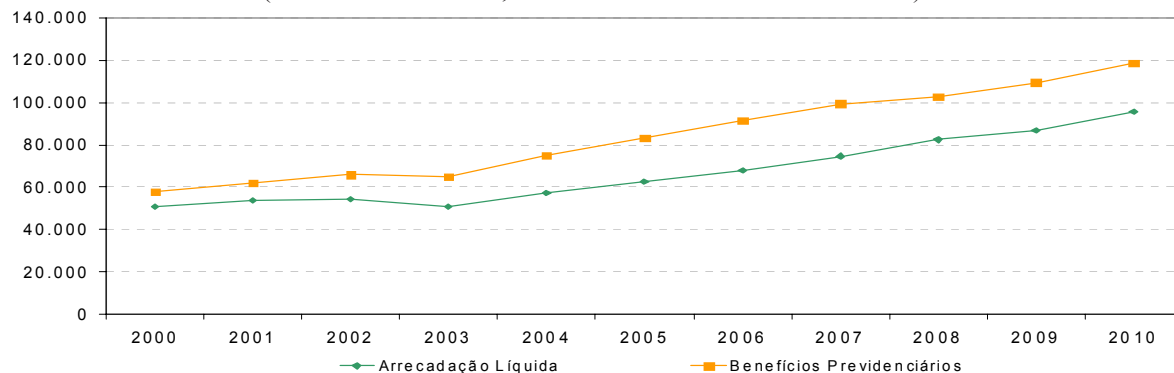
(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

**Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios Previdenciários**  
**(em Junho de cada ano, em R\$ milhões de Junho/2010 - INPC)**



REMETENTE: Secretaria de Políticas de Previdência Social  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco "F", 7º andar, sala 750  
Tels.: (0-XX-61) 2021-5011  
Fax: (0-XX-61) 2021-5408  
e-mail: [cgep@previdencia.gov.br](mailto:cgep@previdencia.gov.br)  
70.059-900 - Brasília/DF



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**IMPRESSO**